



CIDADANIA

Biometria passa a ser obrigatória no país

Cadastro biométrico será imprescindível para concessão, renovação e manutenção de benefícios sociais, anuncia o governo. Com a carteira de identidade digital, brasileiro terá acesso a serviços e direitos disponíveis na administração pública

» FERNANDA STRICKLAND

O governo federal pretende avançar na digitalização dos serviços oferecidos para o brasileiro. Em evento no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras autoridades, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, detalhou ações para dar continuidade à transformação digital em curso na administração pública. Para o cidadão, as mudanças começam em uma palavra: biometria.

Entre as medidas anunciadas ontem, o governo tornou obrigatório o cadastro biométrico para a concessão, renovação e manutenção de benefícios sociais. Segundo o decreto que regulamenta a lei nº 15.077/2024, o objetivo é dar mais segurança e praticidade ao acesso a direitos fundamentais. Cerca de 150 milhões de brasileiros já estão em bases biométricas.

A ministra Esther Dweck explicou que a mudança ocorrerá em etapas. "A implementação será gradual, começando com as novas concessões. Para quem já tem o benefício, o prazo para se adequar será um pouco maior", disse. Segundo a ministra, há exceções para pessoas com mais de 80 anos e dificuldade de mobilidade. Para promover essa inclusão digital, o governo assinou uma parceria com a Caixa Econômica Federal — outra medida anunciada ontem.

Na visão do governo, a biometria é fundamental para identificar, de forma segura e precisa, o perfil de cada brasileiro. O secretário de Governo Digital do MGI, Rogério Mascarenhas, elencou a nova carteira de identidade nacional, a governança de dados e a interoperabilidade entre bases públicas como os pontos relevantes para o avanço tecnológico dos serviços públicos.

"O que a gente está construindo é um governo para cada pessoa. E para isso, a identidade digital é o

ponto de partida", afirmou o secretário. Segundo ele, mais de 30 milhões de novas carteiras de identidade já foram emitidas em todo o país, utilizando o CPF como identificador único, o que permite uma nova era de personalização dos serviços públicos.

A nova carteira de identidade não é apenas uma mudança visual ou de layout. Trata-se de um documento que integra elementos biométricos e biográficos, permitindo ao cidadão acessar serviços com mais segurança, rapidez e autenticidade. Com isso, a conferência de identidade, que antes era analógica e sujeita a fraudes, passa a ser digital. O documento conta com QR Code válido por aplicativo, eliminando riscos de falsificações.

"A partir do momento em que o cidadão tem uma identidade validada, podemos automatizar direitos. Ele passa a ter o selo ouro na Gov.br e acesso pleno a benefícios e serviços digitais", explicou o secretário.

Na cerimônia no Planalto, a ministra Esther Dweck detalhou os planos tecnológicos do governo. No centro da proposta está a Infraestrutura Nacional de Dados (IND), também chamada de Base de Dados do Brasil, que permitirá ao Estado integrar informações de diferentes áreas para traçar políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

"A lógica de um governo para cada pessoa é conhecer as pessoas para poder desenhar a política pública para ela. Conhecer as pessoas é olhar para sua identidade, é saber se está no CadÚnico, se ela usa o SUS, se ela está na escola, se frequenta um equipamento público de esporte. É olhar para esses dados de forma integrada. Com essas informações, você vai descobrindo quem é a pessoa, de acordo com a sua realidade. Essa interoperabilidade de dados é a base para o governo conhecer melhor as pessoas e oferecer o serviço que elas precisam", explicou.

"Em um país tão grande e diverso como o nosso, para enfrentar o

Avanço tecnológico

Confira os principais marcos da transformação digital em curso nos serviços oferecidos para o cidadão



■ **CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL (CIN)** — Em formato digital e com número único, fortalece a segurança da identificação civil e simplifica o acesso a serviços. Segundo o governo federal, 30 milhões de CIN já foram emitidas.



■ **CADASTRO ÚNICO** — A ferramenta traz informações pré-preenchidas e automatizadas, conectando mais de 40 políticas sociais com mais eficiência e precisão.



■ **CONECTA GOV.BR** — A solução permite o compartilhamento seguro de dados entre órgãos públicos, abrindo caminho para políticas mais integradas, eficazes e personalizadas. Desde 2023, 1,7 bilhão de transações permitiram uma economia estimada de R\$ 7,8 bilhões, tanto para órgãos públicos quanto para pessoas e empresas.



■ **PLATAFORMA GOV.BR** — O governo federal pretende ampliar essa solução, que já conta com mais de 4,5 mil serviços digitais federais e 8,7 mil serviços estaduais e municipais. Entre as facilidades, destaca-se a assinatura digital de documentos. Segundo o MGI, a cada dia, mais de 500 mil documentos são assinados eletronicamente por empresas e pela população.



■ **GOVERNO DIGITAL E REDE GOV.BR** — A ideia é fortalecer essas plataformas públicas para promover a transformação digital em todos os níveis da Federação. Segundo o governo, 27 estados e 2.004 municípios já aderiram à Rede gov.br. Em 2022, eram apenas 160 municípios.



■ **BIOMETRIA** — Uma das medidas mais populares do governo digital deverá ser ampliada nos próximos anos. Mais de 150 milhões de pessoas estão com biometria cadastrada no país, em bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e da Polícia Federal.

Fonte: MGI

desafio de reduzir desigualdades o Estado precisa entregar serviços públicos para todas as pessoas, reconhecendo as necessidades e características de cada uma", acrescentou Dweck.

Outra medida anunciada ontem é o decreto que atualiza a política nacional de governança de dados. O texto cria a figura do executivo de dados — um servidor responsável por coordenar iniciativas de uso estratégico da informação dentro dos órgãos federais — e estabelece a obrigatoriedade de classificação e

controle de dados sensíveis, como sigilos bancários e fiscais.

Esses dados, segundo o secretário Mascarenhas, deverão ser obrigatoriamente armazenados em nuvens públicas operadas dentro do Brasil, garantindo soberania e segurança. "Nossos dados são o novo petróleo. Precisamos saber onde eles estão, quem os manipula e garantir que não estejam sujeitos a riscos geopolíticos", enfatizou.

O governo também anunciou o aplicativo Meu Imóvel Rural, que reúne, em um único ambiente,

acessível com login Gov.br, informações e documentos dos imóveis rurais. Com a ferramenta, proprietários não precisarão mais acessar três sistemas distintos para verificar pendências ambientais, fundiárias e fiscais de suas propriedades.

Infraestrutura

A ministra Esther Dweck reforçou o papel estratégico da Nuvem de Governo, infraestrutura exclusiva para armazenar os dados mais sensíveis da



A lógica de um governo para cada pessoa é conhecer as pessoas para poder desenhar a política pública para ela. Conhecer as pessoas é olhar para sua identidade, é saber se está no CadÚnico, se ela usa o SUS, se ela está na escola, se frequenta um equipamento público de esporte. É olhar para esses dados de forma integrada"

Esther Dweck,
ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

administração pública, operada pelas estatais Serpro e Dataprev. "Essa abordagem reforça a segurança e a soberania do nosso país no uso estratégico de dados. Essa iniciativa aumenta o nível de segurança e a privacidade dos dados das pessoas, garantindo um controle rigoroso sobre as informações sensíveis do governo", disse.

Segundo o governo, mais de R\$ 2 bilhões estão sendo investidos em quatro anos para consolidar essa infraestrutura digital e garantir que os serviços públicos sejam cada vez mais acessíveis, eficazes e alinhados com as necessidades reais da população.

Lei estipula cota feminina de 30% em conselho de empresas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Ricardo Stuckert / PR

A presença mínima de 30% de mulheres em conselhos de administração de empresas públicas ou de economia mista passou a ter o respaldo da lei. A norma, sancionada ontem pelo presidente Lula, também prevê que 30% das vagas reservadas a mulheres sejam direcionadas para negras e/ou com deficiência em conselho de administração de empresas públicas ou de economia mista.

Fazem parte deste grupo empresas como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrosbras. A lei também abrange subsidiárias e outras companhias em que a União, estado ou município detenha a maioria do capital social com direito a voto, direta ou indiretamente.

A adoção da cota de 30% para mulheres será gradual, ao longo de três anos. Mulheres deverão ocupar, no mínimo, 10% das vagas no primeiro ano; 20% no segundo; e, finalmente, 30% no terceiro. O conselho que descumprir essas regras será impedido de deliberar sobre qualquer matéria. Embora a lei se aplique a estatais e a empresas de capital misto, a União fica autorizada a criar incentivos para que empresas privadas também adotem a



Presidente Lula no Palácio do Planalto: empresas públicas e de economia mista terão três anos para preencher a cota de 30% de mulheres em seus conselhos de administração

reserva de postos femininos.

Em discurso, Lula pediu um minuto de silêncio em homenagem à artista Preta Gil, que morreu no domingo (21/7). "Penso que, neste ato em que as mulheres conquistam um degrau a mais na luta pela participação para exercer cargos importantes em governos, em empresas públicas, que também

neste dia elas prestem homenagem a uma mulher importante que se foi, a Preta Gil", comentou.

A cerimônia contou com a presença da deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) — autora do projeto —, da primeira-dama, Janja da Silva, e de ministras do governo Lula. Também estiveram presentes executivos de empresas

públicas e representantes de organizações que defendem os direitos da mulher.

Tabata Amaral destacou a importância da medida. "Empresas com mulheres na liderança são mais inclusivas, mais eficientes e, acima de tudo, mais lucrativas", ressaltou.

Para a presidente do Banco do

Brasil, Tharciana Medeiros, a nova lei passa a mensagem de que "lugar de mulher é onde ela quiser". "A gente sabe o quanto é difícil chegar lá. Competência nunca faltou. O que faltou foi espaço, oportunidade e reconhecimento para as profissionais", discursou.

Também presente na solenidade, o presidente da Caixa

Econômica Federal, Carlos Vieira, ressaltou que o estatuto do banco já concede maior participação feminina nos cargos. "A Caixa incluiu no seu estatuto a obrigatoriedade de ter, no mínimo, 30% de mulheres em todos os cargos de função. E lançamos um plano de sucessão com foco em mulheres", pontuou.